

***Concessionária de Rodovias do
Interior Paulista S.A. - Intervias***

*Demonstrações Financeiras Referentes
ao Período de Seis Meses Findo em
30 de Junho de 2009 e Parecer dos
Auditores Independentes*


Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes


PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. - Intervias
Araras - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.-Intervias, levantados em 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados correspondentes aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2009 e de 2008, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. - Intervias em 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados correspondentes aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2009 e de 2008, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme mencionado na nota explicativa nº. 2, em decorrência das mudanças de práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2008, as demonstrações financeiras referentes ao exercício anterior, apresentadas para fins de comparação, foram reclassificadas e estão sendo reapresentadas como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correções de Erros.

Campinas, 25 de agosto de 2009 (exceto quanto aos assuntos descritos na Nota Explicativa nº. 2 b, cuja data é 13 de outubro de 2009)


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº. 2 SP 011609/O-8


Helio Wellichen
Contador
CRC nº. 1 SP 130122/O-0

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 31 DE DEZEMBRO 2008
(Expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	30/06/2009	31/12/2008	PASSIVO	Nota explicativa	30/06/2009	31/12/2008
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	(3)	19.596	24.896	Empréstimos e financiamentos	(9)	256.992	14.321
Contas a receber	(4)	11.034	10.004	Fornecedores		7.915	4.251
Despesas antecipadas		1.001	480	Fornecedores - empresas ligadas	(10)	690	630
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5)	3.195	2.696	Salários e encargos sociais		3.293	3.309
Outros		1.447	780	Obrigações fiscais	(11)	5.710	5.811
Total do circulante		36.273	38.856	Provisão para contingências	(12)	2.441	1.828
				Credores pela concessão	(13)	5.851	5.852
NÃO CIRCULANTE				Outras contas a pagar a ex-acionistas	(7)		10.019
Realizável a longo prazo:				Dividendos propostos	(10)		3.602
Aplicações financeiras		25	21	Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5)	1.058	1.641
Contrato de mútuo	(10)	212.543	201.801	Total do circulante		283.950	51.264
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5)	1.898	3.287				
Imobilizado	(6)	287.593	293.140	NÃO CIRCULANTE			
Intangível	(7)	51.079	52.339	Exigível a longo prazo:			
Total do Permanente		553.138	550.588	Empréstimos e financiamentos	(9)	118.391	346.440
				Credores pela concessão	(13)	38.750	40.821
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5)	6.806	5.770
				Resultado de exercícios futuros		844	320
				Total do não circulante		164.791	393.351
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital subscrito		108.710	108.710
				Capital social a integralizar		(558)	(558)
				Capital social integralizado		108.152	108.152
				Reserva de lucros		32.518	36.677
				Total do patrimônio líquido		140.670	144.829
TOTAL DO ATIVO		589.411	589.444	TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		589.411	589.444

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS DE
SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E DE 2008

(Expressas em milhares de reais - exceto lucro por ação que está expresso em reais)

	Nota explicativa	30/06/2009	30/06/2008
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Receitas de pedágio		109.174	100.685
Outras receitas operacionais		1.683	1.738
Total		<u>110.857</u>	<u>102.423</u>
DEDUÇÕES DA RECEITA			
Impostos e contribuições		(9.666)	(8.936)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		<u>101.191</u>	<u>93.487</u>
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		<u>(45.298)</u>	<u>(45.270)</u>
LUCRO BRUTO		<u>55.893</u>	<u>48.217</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas administrativas		(7.779)	(10.663)
Despesas tributárias		(45)	(61)
Outras receitas operacionais líquidas		36	396
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>48.105</u>	<u>37.889</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		13.884	1.343
Despesas financeiras	(15)	<u>(24.073)</u>	<u>(12.279)</u>
		(10.189)	(10.936)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>37.916</u>	<u>26.953</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE	(16)	(10.113)	(7.284)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - DIFERIDO	(16)	(1.343)	(851)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		<u>26.460</u>	<u>18.818</u>
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE POR AÇÃO		<u>6</u>	<u>4</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E DE 2008
(Expressas em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Capital social integralizado	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007		108.710	(558)	108.152	8.014	-	37.174	153.340
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	(26.029)	(26.029)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	18.818	18.818
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	(1.932)	(1.932)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2008		<u>108.710</u>	<u>(558)</u>	<u>108.152</u>	<u>8.014</u>	<u>-</u>	<u>28.031</u>	<u>144.197</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		108.710	(558)	108.152	10.438	26.239	-	144.829
Dividendos distribuídos	(14)	-	-	-	-	(26.239)	-	(26.239)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	26.460	26.460
Juros sobre o capital próprio	(14)	-	-	-	-	-	(4.380)	(4.380)
Lucros retidos		-	-	-	-	22.080	(22.080)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009		<u>108.710</u>	<u>(558)</u>	<u>108.152</u>	<u>10.438</u>	<u>22.080</u>	<u>-</u>	<u>140.670</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES

FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E DE 2008

(Expressas em milhares de reais - exceto lucro por ação que está expresso em reais)

	Nota explicativa	30/06/2009	30/06/2008
Fluxo de caixa de atividades operacionais:			
Lucro líquido do semestre		26.460	18.818
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(16)	1.343	851
Depreciação e amortização		25.157	29.182
Baixa do ativo imobilizado		47	29
Juros sobre contrato de mútuo		(12.637)	(503)
Juros sobre empréstimos e financiamentos		20.986	8.099
Variação monetária sobre credores pela concessão		500	3.936
Apropriação da outorga variável		3.698	3.455
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber		(1.030)	(1.828)
Créditos com pessoas ligadas de curto e longo prazo		-	1.330
Despesas antecipadas e outras contas a receber de curto e longo prazo		(1.188)	(410)
Fornecedores e fornecedores empresas ligadas		3.818	1.927
Salários e encargos sociais		(16)	116
Obrigações fiscais		(101)	775
Provisão para contingências		613	161
Resultado de exercícios futuros		524	508
Caixa oriundo das atividades operacionais		68.174	66.446
Fluxo de caixa de operações de investimentos:			
Aquisição de ativo imobilizado		(18.309)	(14.880)
Aumento de intangível		(182)	-
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		(18.491)	(14.880)
Fluxo de caixa de atividades financeiras:			
Empréstimos e financiamentos:			
Captação		10.545	-
Pagamentos		(16.909)	(11.115)
Distribuição de dividendos	(14)	(26.239)	(34.706)
Dividendos propostos		(3.602)	-
Juros sobre capital próprio	(14)	(4.380)	(1.932)
Créditos com pessoas ligadas:			
Recebimento de mútuo		-	5.101
Imposto de renda retido na fonte		1.895	75
Liquidação da outorga fixa e variável	(13)	(6.270)	(5.707)
Outras contas a pagar a ex-acionistas		(10.019)	-
Conta reserva - aplicação financeira		(4)	319
Caixa aplicado nas atividades financeiras		(54.983)	(47.965)
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa		(5.300)	3.601
Caixa e equivalentes de caixa - no início do semestre		24.896	17.938
Caixa e equivalentes de caixa - no fim do semestre		19.596	21.539
Divulgação suplementar às informações do fluxo de caixa:			
Caixa pago durante o período referente a:			
Juros		16.900	2.837
Fornecedores de imobilizado - partes relacionadas		94	(219)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS OS PERÍODOS DE
SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E DE 2008

(Expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>30/06/2009</u>	<u>30/06/2008</u>
RECEITAS		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	110.857	102.423
Outras receitas	36	409
	<u>110.893</u>	<u>102.832</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS E COFINS)		
Custos das mercadorias e serviços vendidos	(12.131)	(9.602)
Custo da concessão	(4.198)	(7.391)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(871)	(782)
	<u>(17.200)</u>	<u>(17.775)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>93.693</u>	<u>85.057</u>
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(25.157)	(29.182)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	<u>68.536</u>	<u>55.875</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas Financeiras	13.884	1.343
	<u>13.884</u>	<u>1.343</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>82.420</u>	<u>57.218</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e encargos:		
Remuneração direta	6.217	6.539
Benefícios	2.112	2.031
FGTS	452	525
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais	17.266	13.719
Estaduais	69	74
Municipais	5.540	5.118
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	23.574	9.419
Aluguéis	730	975
Remuneração de capitais próprios:		
Juros sobre capital próprio	4.380	1.932
Lucros retidos	22.080	16.886
	<u>82.420</u>	<u>57.218</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009
(Expressas em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade foi constituída em 28 de maio de 1999 e iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem - DER, regulamentado pelo Decreto Estadual nº. 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Itapira, Mogi-Mirim, Limeira, Piracicaba, Conchal, Araras, Rio Claro, Casa Branca, Porto Ferreira, e São Carlos - lote 6, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP. nº. 19/CIC/98.

Através do Termo Aditivo e Modificativo nº. 14/06, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - Artesp, o reequilíbrio da adequação econômico-financeiro do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido através da prorrogação do prazo de concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira o período de exploração da concessão passou a ser até 17 de janeiro de 2028 (335 meses).

A Sociedade assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

Obras

Na SP 147- Rodovia Engenheiro João Tosello

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre os km 41,36 (em Itapira) e o km 54 (em Mogi Mirim) e entre o km 62,45 (em Mogi Mirim) e o km 106,32 (em Limeira).

Na SP 191-Rodovia Wilson Finardi

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 43,8 ao km 44,9 (Mogi Mirim/Araras), do km 45,6 ao km 46,9 (projeção Araras/Anhanguera), e do km 49,7 ao km 74,72 (Araras- Rio Claro).

Na SP 352-Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 162,45 e o km 185,17 (Itapira - Divisa com o estado de Minas Gerais).

Na SP 165/330 - Rodovia Anhanguera - Contorno Rodoviário de Araras

- De acordo com o Termo Aditivo e Modificativo nº. 06/02 e 3ª. readequação do cronograma de obras de 08/10/2002, foi construído um trecho de 4,67 quilômetros de rodovia, denominado Contorno Rodoviário de Araras, na SP 165/330, partindo do Km 165.225 da SP 330 - Rodovia Anhanguera até o Km 42.300 da SP 191 - Rodovia Wilson Finardi.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos 5 anos do prazo da concessão.

A Sociedade tem com o Poder Concedente o direito de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro original do contrato, segundo cláusulas contratuais específicas na legislação. Os compromissos decorrentes da concessão referentes a futuros investimentos, até o final da concessão, foram estimados quando da assinatura do contrato de concessão.

Em 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro de 2008, os investimentos para atender os compromissos futuros, nos próximos cinco anos, estão estimados em R\$ 149 mil e R\$ 130 mil, respectivamente. (informação não auditada)

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Elaboração, apresentação das demonstrações financeiras e alteração na legislação societária

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em razão das alterações na Lei 6.404/76, no que se refere ao Capítulo XV - Exercício Social e Demonstrações Financeiras, introduzidas pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, as práticas contábeis adotadas no Brasil passaram por diversas modificações durante o ano de 2008, documentadas sob a forma de pronunciamentos editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Tais modificações ocorreram durante o exercício e não foram aplicadas de modo uniforme durante todos os encerramentos trimestrais ocorridos durante 2008.

Os principais efeitos contemplados nas Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2009 decorrentes destas modificações são os seguintes:

- Adoção do conceito de ativos intangíveis - CPC 4;
- Eliminação do resultado não operacional - Lei 11.941/09;
- Eliminação dos resultados dos exercícios futuros - CPC sobre Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade;
- Divulgação da demonstração do valor adicionado - CPC 9.

As Demonstrações Financeiras do período findo em 30 de junho de 2008, apresentadas para fins comparativos, foram reclassificadas para refletir as práticas contábeis adotadas no encerramento do período findo em 30 de junho de 2009, conforme determina a NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e de acordo com o CPC 13 - Adoção Inicial da Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09. Adicionalmente, foi preparada a demonstração do valor adicionado para o semestre findo em 30 de junho de 2008.

As reclassificações às demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2008, decorrentes da eliminação dos resultados não operacionais, da reclassificação do ativo intangível e reclassificação do resultado de exercícios futuros são referentes as alocações contempladas entre grupo de contas e não geram efeito no resultado.

b) Aperfeiçoamento de notas explicativas

As demonstrações financeiras foram originalmente emitidas em 25 de agosto de 2009. Após a emissão, a Administração da Sociedade incluiu referidas demonstrações financeiras em processo de pedido de registro de abertura de capital e em função da análise desses pedidos, a CVM emitiu o Ofício CVM/SEP/GEA-2/nº 301/09 solicitando o aperfeiçoamento das informações constantes das notas explicativas relacionadas a seguir:

- Nota explicativa nº. 10 - Empresas ligadas e partes relacionadas: divulgação dos relacionamentos existentes com as partes relacionadas, mesmo se não houver ocorrido transações. Adicionalmente deverão ser apresentados maiores esclarecimentos a respeito dos contratos de mútuo financeiro realizado entre essa Sociedade, sua controladora e partes relacionadas.

Aprimorar a nota explicativa incluindo a divulgação detalhada da remuneração do pessoal chave da administração.

- Notas explicativas nº. 2.5 e 13 - Credores pela concessão: aprimoramento da divulgação das informações relacionadas ao ajuste a valor presente, conforme requerido no item 33 do CPC 12 - Ajuste a valor presente. Adicionalmente, deverão ser explicitadas as premissas utilizadas pela administração para determinação da taxa de desconto de 5% a.a.
- Demonstrações das mutações do patrimônio líquido: esclarecer o motivo do não atendimento ao disposto no item 43 do Pronunciamento técnico CPC 13 - Adoção inicial da Lei 11.638/07 e MP 449/08 (convertida na Lei 11.941/08), pois destinou os “Lucros acumulados” para a reserva de “Lucros a serem destinados”, não cumprindo com a finalidade do item em comento.

c) Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade são:

2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Consistem, basicamente, em valores mantidos em caixa e bancos e aplicações de liquidez imediata. As aplicações são demonstradas pelo valor de aplicação acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços.

2.2. Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações e amortizações, estabelecidas segundo as taxas divulgadas na nota explicativa nº. 6, limitada, quando aplicável, ao prazo da concessão. Quando aplicável, é efetuada provisão para redução ao valor de realização dos ativos.

2.3. Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição (incorporação), amortizado de acordo com a taxa divulgada na nota explicativa nº. 7. O direito de outorga da concessão está demonstrado ao valor presente considerando-se uma taxa de juros de 5% ao ano, conforme critérios contábeis divulgados na nota explicativa nº. 13 e está sendo amortizado de acordo com o prazo remanescente de concessão. Quando aplicável, é efetuada provisão para redução ao valor de realização dos ativos.

Com relação ao ágio mencionado na nota explicativa nº. 7 (a) a administração da Sociedade, com base no previsto na Lei 11.638 e Pronunciamento Técnico CPC 4 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 2008, deduziu que referido ágio tem característica de um ativo intangível com vida útil definida, pois, a concessão foi efetuada com prazo finito. Dessa maneira, a partir de janeiro de 2009, ao invés de se cessar a amortização desse ágio, que até 31 de dezembro de 2008 vinha sendo efetuada com base na expectativa de rentabilidade futura, e avaliá-lo por “Impairment”, conforme previsto na referida lei e pronunciamento, a administração, com o objetivo de refletir mais adequadamente a essência da operação, face ao requerido por esses instrumentos, decidiu amortizar o saldo existente em 31 de dezembro de 2008, líquido da amortização acumulada, pelo prazo remanescente da concessão.

2.4. Empréstimos e financiamentos

São contabilizados pelo valor original acrescido da atualização monetária e dos juros incorridos até a data dos balanços.

2.5. Credores pela concessão

Corresponde preponderantemente às parcelas fixas contabilizadas pelo valor original ajustado a valor presente, acrescido da atualização monetária e juros incorridos até a data dos balanços. O montante está ajustado a valor presente, a partir do início do contrato de concessão à taxa de 5% a.a., a qual foi definida pela Administração com base na taxa de captação de recursos obtidos de terceiros naquela data. A contrapartida do ajuste a valor presente foi a rubrica de Direito de outorga da concessão, classificada no ativo intangível. O saldo de credores pela concessão a valor presente é corrigido mensalmente, com base na variação do IGP-M, tendo como contrapartida o resultado financeiro.

2.6. Receita de pedágio

É reconhecida pelo regime de competência, de acordo com a utilização das rodovias pelos usuários.

2.7. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social estão sendo apurados e registrados com base no resultado, ajustado na forma legal, sendo o imposto de renda calculado trimestralmente à alíquota de 15% sobre o lucro real acrescido de adicional de 10% sobre o lucro real trimestral excedente a R\$ 60. A contribuição social foi calculada trimestralmente com base na alíquota de 9%. São registrados, imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias entre os livros societários e os fiscais.

2.8. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer da Administração da Sociedade o uso de estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos e despesas registradas, bem como a divulgação das demonstrações financeiras. Os resultados efetivos dessas transações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro de provisões para contingências, fiscais e trabalhistas e depreciação.

2.9. Lucro líquido por ação

É calculado com base no número de ações integralizadas até a data dos balanços.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/09</u>	<u>31/12/08</u>
Caixa e bancos	1.460	3.136
Aplicações financeiras	<u>18.136</u>	<u>21.760</u>
Total	<u>19.596</u>	<u>24.896</u>

Os saldos de aplicações financeiras no ativo circulante, no montante de R\$ 18.136 em 30 de junho de 2009 e R\$ 21.760 e em 31 de dezembro de 2008, são de disponibilidades imediatas e são remuneradas por índices que variam de 100% a 103,5% do CDI.

4. CONTAS A RECEBER

Os saldos em 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro 2008 estavam representados por:

	<u>30/06/09</u>	<u>31/12/08</u>
Pedágio eletrônico a receber	10.585	9.546
Cartões de pedágio a receber	356	370
Outros	<u>93</u>	<u>88</u>
Total	<u>11.034</u>	<u>10.004</u>

Os valores a receber vencem em até 30 dias e não há créditos em atraso.

5. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Alíquotas

As alíquotas vigentes para os períodos são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social, perfazendo 34%.

b) Imposto de renda e contribuição social diferido

Em 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro 2008, o imposto de renda e a contribuição social diferidos estão representados, respectivamente, por:

	<u>30/06/09</u>	<u>31/12/08</u>
Diferenças temporárias:		
Bases do ativo:		
Provisão para contingências	2.441	1.828
Provisão para registro do leasing (a)	1.373	1.808
Impostos de renda e contribuição social diferidos sobre ágio (b)	<u>11.168</u>	<u>13.959</u>
	14.892	17.595
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do ativo	<u>5.093</u>	<u>5.983</u>
Ativo circulante	3.195	2.696
Ativo não circulante	<u>1.898</u>	<u>3.287</u>
	<u>5.093</u>	<u>5.983</u>

	<u>30/06/09</u>	<u>31/12/08</u>
Bases do passivo:		
Impostos de renda e contribuição social diferidos:		
Sobre ajuste valor presente (c)	16.564	17.875
Sobre encargos antecipados (d)	2.222	3.922
Sobre diferença temporária - amortização do ágio (e)	<u>4.345</u>	<u>-</u>
Base de cálculo	23.131	21.797
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do passivo	<u>7.864</u>	<u>7.411</u>
Passivo circulante	1.058	1.641
Passivo não circulante	<u>6.806</u>	<u>5.770</u>
	<u>7.864</u>	<u>7.411</u>

- (a) O montante de R\$ 1.373 em 30 de junho de 2009 (R\$ 1.808 em 31 de dezembro de 2008), foi gerado através do registro das operações de leasing como um financiamento.
- (b) Refere-se a crédito do imposto de renda e contribuição social relativo à parcela do ágio amortizado até a data base da cisão da controladora OHL Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006 e, até então, controlado na “parte B” do livro de apuração do lucro real - LALUR da controladora. Com a incorporação da parte cindida da controladora, a Sociedade registrou esse crédito e, atendendo a legislação fiscal, vem amortizando-o à razão de 20% ao ano.
- (c) O montante de R\$ 16.564 (R\$ 17.875 em 31 de dezembro de 2008), foi gerado através do ajuste ao valor presente das obrigações com o poder concedente, conforme nota explicativa nº. 2.5.
- (d) Refere-se a custos na obtenção de empréstimos, comissões e o IOF - imposto sobre operações financeiras, retidos na liberação das cédulas de créditos bancários (CCB's) e registrado como pagamento antecipado conforme mencionado na nota explicativa nº. 9. Esse valor foi adicionado no LALUR da Sociedade e será realizado mensalmente até o prazo final do contrato desses empréstimos.
- (e) Refere-se a diferença fiscal temporária entre a amortização do ágio, efetuada pelo prazo remanescente da concessão, e a amortização que está lançada fiscalmente, efetuada com base na expectativa de rentabilidade futura, ou seja, à razão de 5% ao ano. Esta diferença passou a ser gerada a partir de janeiro de 2009, quando o critério de amortização foi alterado, com base no que está explicado na nota explicativa nº. 7.

6. IMOBILIZADO

Os saldos em 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro 2008 estavam representados por:

	30/06/09		31/12/08		
	Taxas média anual de depreciação %	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
Em operação:					
Imobilizado em rodovia - obras e serviços	7,67	322.775	112.007	210.768	207.568
Pavimento e recapeamentos	13,93	196.717	146.582	50.135	55.916
Equipamento mobiliário	14,20	3.681	1.820	1.861	1.673
Instalações	19,31	12.102	10.180	1.922	2.052
Desapropriações	4,85	13.527	3.748	9.779	10.013
Conjunto de defensas	16,42	13.079	10.422	2.657	2.975
Outras imobilizações	23,52	5.483	3.735	1.748	2.120
Sistema de monitoramento de estradas	20	9.300	7.440	1.860	2.790
Em andamento:					
Imobilizações em andamento		<u>6.864</u>	<u>-</u>	<u>6.864</u>	<u>8.033</u>
Total do Imobilizado em operação		<u>583.527</u>	<u>295.934</u>	<u>287.593</u>	<u>293.140</u>

As adições ao ativo imobilizado, ocorridas após a contratação da concessão, cuja vida útil estimada seja superior ao período da concessão, são depreciadas (amortizadas) com base no período restante da concessão.

7. INTANGÍVEL

	Taxas média anual de amortização %	30/06/09		31/12/08	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Ágio (a)	5,24%	60.152	25.926	34.226	35.024
Direito de outorga da concessão (b)	9,36%	28.435	11.935	16.500	16.944
Software	20%	<u>970</u>	<u>617</u>	<u>353</u>	<u>371</u>
Total		<u>89.557</u>	<u>38.478</u>	<u>51.079</u>	<u>52.339</u>

(a) É relativo ao ágio proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da controladora OHL Brasil Participações em Infraestrutura Ltda.. Esse ágio, à época da aquisição, foi gerado com base na expectativa de rentabilidade futura do investimento e até 31 de dezembro de 2008 vinha sendo amortizado em 5 anos a partir de julho de 2006. Conforme descrito na nota explicativa n° 2.3, a partir de janeiro de 2009 o saldo será amortizado linearmente pelo prazo remanescente da concessão. A partir de janeiro de 2009 o saldo será amortizado linearmente pelo prazo remanescente da concessão. Em 2008, foi assinado, entre a Sociedade e seus ex-acionistas, o Instrumento Particular de Pagamento de Superveniência Ativa, no valor de R\$ 10.142. Por este instrumento, a Sociedade reconhece Superveniência Ativa referente a diferença no valor das tarifas praticadas no período de 1° de julho a 31 de dezembro de 2003 em virtude da aplicação parcial do reajuste tarifário previsto no contrato de concessão. O valor da superveniência foi adicionado como ágio e será amortizado pelo mesmo período do ágio gerado originalmente.

(b) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário, conforme mencionado na nota explicativa n°. 1. Este valor está ajustado a valor presente conforme mencionado na nota explicativa n°. 2, e vem sendo amortizado pelo prazo remanescente da concessão.

8. SEGUROS CONTRATADOS

A Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. - Intervias mantém coberturas de seguros, necessárias para garantir uma efetiva e compreensiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, bem como para o cumprimento cabal e tempestivo das obrigações assumidas pela Sociedade.

Os seguros contratados abrangem as seguintes modalidades: Riscos de Engenharia, Riscos Patrimoniais, Perdas de Receita, Responsabilidade Civil e Garantia de Obrigações Contratuais. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Em 30 de junho de 2009, as coberturas de seguro são resumidas como seguem:

<u>Modalidade de seguro</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos de engenharia	22.297
	Riscos patrimoniais/Perda da receita	165.000
	Responsabilidade civil	20.100
Seguro garantia:	Garantia de cumprimento das funções de ampliação	43.636
	Garantia de cumprimento das funções operacionais de conservação e de pagamento mensal (ônus variável)	60.063
	Garantia de pagamento mensal (ônus fixo)	8.938

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os saldos em 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro de 2008 estavam representados por:

<u>Instituições credoras</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimentos até</u>	<u>30/06/09</u>	
			<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>
Unibanco (a)	CDI + 1,0% a.a.	29/11/2010	2.383	24.500
Votorantim (a)	CDI + 1,0% a.a.	29/11/2010	1.167	12.000
Citibank (a)	CDI + 1,0% a.a.	29/11/2010	2.382	24.500
Bradesco (a)	CDI + 1,0% a.a.	29/11/2010	2.383	24.500
Itaú (a)	CDI + 1,0% a.a.	29/11/2010	2.383	24.500
Banco do Brasil S.A. (c)	CDI + 1,037 a.a.	08/01/2010	82.957	-
Banco Santander S.A. (c)	CDI + 1,037 a.a.	08/01/2010	80.366	-
Bradesco (c)	CDI + 1,037 a.a.	08/01/2010	80.366	-
Itaú Leaseback (b)	CDI Over Cetip	08/06/2010	3.233	-
BNDES (d)	TJLP + 3,3% a.a.	15/11/2013	1.546	8.391
Outros	CDI + 2,0 % a.a.	21/05/2011	50	-
Encargos financeiros antecipados			<u>(2.222)</u>	-
			<u>256.992</u>	<u>118.391</u>

<u>Instituições Credoras</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimentos até</u>	<u>31/12/08</u>	
			<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>
Unibanco (a)	CDI + 1,0% a.a.	29/11/2010	891	24.500
Votorantim (a)	CDI + 1,0% a.a.	29/11/2010	436	12.000
Citibank (a)	CDI + 1,0% a.a.	29/11/2010	891	24.500
Bradesco (a)	CDI + 1,0% a.a.	29/11/2010	891	24.500
Itaú (a)	CDI + 1,0% a.a.	29/11/2010	891	24.500
Banco do Brasil S.A. (c)	CDI + 1,037 a.a.	08/01/2010	3.888	80.000
Banco Santander S.A. (c)	CDI + 1,037 a.a.	08/01/2010	3.768	77.500
Bradesco (c)	CDI + 1,037 a.a.	08/01/2010	3.768	77.500
Itaú Leaseback (b)	CDI Over Cetip	8/06/2010	3.065	1.533
Outros	CDI + 2,0% a.a.	21/05/2011	55	-
Encargos financeiros antecipados			<u>(4.223)</u>	<u>(93)</u>
Total			<u>14.321</u>	<u>346.440</u>

- a) Cédula de crédito bancário firmado pela Sociedade junto a bancos privados em 27 de setembro de 2007 para pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos à sua controladora. Estas operações estão garantidas por aval dos acionistas.
- b) Refere-se a financiamento na modalidade “Sale leaseback” do sistema de monitoramento de estradas.
- c) Empréstimo na modalidade Cédula de Crédito Bancário firmado pela Sociedade com bancos privados em 18 de julho de 2008 cuja finalidade é para capital de giro, pagamento de juros sobre o capital próprio, mútuos ativos e pagamento de dividendos à sua controladora. Estas operações estão garantidas por aval dos acionistas. Vinculadas a obtenção desses empréstimos, a Sociedade também assumiu, entre outros, os seguintes compromissos de caráter financeiro econômico constante nos contratos:
- Manutenção dos ativos fixos com cobertura de seguros nos termos da regulamentação da ARTESP;
 - Limitação sobre fusões e aquisições e reorganizações societárias, salvo se o resultado dessas operações não afetar, a critério do Banco, desde que devidamente justificado, a capacidade de pagamento da Sociedade, ou de sua sucessora, das obrigações estabelecidas nesta Cédula;
 - Limitação sobre vendas de ativos de valor superior a R\$ 5.000;
 - Limitação sobre operações de mútuo com coligadas, controladas e controladoras (Inter Company Loans) com valor agregado dos respectivos saldos devedores superior a R\$ 500, que dependerá do consentimento prévio por escrito do Banco;
 - A razão entre a dívida líquida e o EBITDA, anualmente, deverá se manter inferior ou igual a três vezes durante o prazo desta cédula e para tanto considera-se:
 - i) dívida líquida: nosso endividamento oneroso total menos disponibilidades;
 - ii) endividamento oneroso: total no passivo circulante e no exigível de longo prazo - empréstimos, financiamentos e debêntures;
 - iii) disponibilidades: conforme ativo circulante e
 - iv) EBITDA: lucro bruto, deduzidas despesas gerais e administrativas, acrescido de depreciação e amortização;
 - O índice de cobertura do serviço da dívida deverá ser mantido com o mínimo de 1,3x, entendido tal índice como: EBITDA - impostos +/- variação de capital de giro principal + juros;

- Proibição de constituição de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios que forem objeto de garantias em favor dos credores, com exceção dos gravames constituídos por força de lei, arresto ou qualquer outra forma de constrição decorrente de decisões administrativas ou judiciais.
- d) Contrato de crédito firmado junto BNDES em 27 de outubro de 2008 para financiamento das obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração das rodovias operadas pela Sociedade. Os créditos foram liberados em janeiro e fevereiro de 2009, e são garantidos por notas promissórias.

Em 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro de 2008, a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas.

Em 30 de junho de 2009 as parcelas relativas ao principal dos financiamentos á longo prazo, apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Total</u>
2010	111.228
2011	2.456
2012	2.456
2013	<u>2.251</u>
Total	<u><u>118.391</u></u>

Sociedade está em negociação com os bancos credores das principais dívidas a vencer em 2010, visando a adequação dos prazos respectivos aos investimentos que tais recursos financiaram, de modo a equalizar o vencimento de tais compromissos com os fluxos futuros de ingressos decorrentes das operações.

10. EMPRESAS LIGADAS E PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são, basicamente mercantis e, relacionadas a contrato de serviços de construção, execução de obras, e mútuo para capital de giro.

As transações realizadas nos períodos findos em 30 de junho de 2009, 30 de junho de 2008 e saldos em 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro de 2008 com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	<u>30/06/09</u>			
	<u>Serviços prestados em conservação de rotina/investimentos</u>	<u>Receitas financeiras</u>	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Saldo de fornecedores</u>
Controladora:				
Obrascon Huarte Lain Brasil Ltda. (a)	-	12.637	212.543	12
Partes relacionadas:				
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (c)	794	-	-	140
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	1.874	-	-	518
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (c)	<u>358</u>	-	-	<u>20</u>
Total 2009	<u><u>3.026</u></u>	<u><u>12.637</u></u>	<u><u>212.543</u></u>	<u><u>690</u></u>

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. - Intervias

	30/06/08			31/12/08		
	Serviços prestados em conservação de rotina/investimentos	Despesas de aluguel	Receitas (despesas) financeiras	Ativo não circulante	Saldo de fornecedores	Dividendos propostos
Controladora:						
Obrascon Huarte Lain Brasil Ltda. (a)	-	27	-	201.801	-	3.602
Partes relacionadas:						
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (c)	354	-	-	-	69	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	2.585	-	-	-	561	-
Autovias S.A. (b)	-	-	503	-	-	-
Total 2008	<u>2.939</u>	<u>27</u>	<u>503</u>	<u>201.801</u>	<u>630</u>	<u>3602</u>

- (a) Esse empréstimo concedido teve a finalidade suprir a necessidade de capital de giro da controladora OHL Brasil S.A.. Esse empréstimo está representado por quatro contratos de mútuo, cujas datas de liberação, valores e encargos estão demonstrados a seguir:

<u>Data da liberação</u>	<u>Encargos</u>	<u>Valor do principal</u>	<u>Saldo devedor em 30/06/09</u>	<u>Saldo devedor em 31/12/08</u>
22/08/08	CDI + 1,037% aa	40.000	43.861	41.117
18/09/08	CDI + 1,037% aa	97.000	105.368	100.372
04/12/08	CDI + 1,037% aa	8.000	8.472	8.071
17/12/08	CDI + 1,037% aa	<u>52.000</u>	<u>54.842</u>	<u>52.241</u>
Total		<u>197.000</u>	<u>212.543</u>	<u>201.801</u>

Não há previsão de vencimento desses contratos. Até 30 de junho de 2009 não houve nenhuma quitação de principal e ou encargos de modo que o montante contabilizado na rubrica de Contrato de mútuo contempla o principal acrescido dos juros incorridos até as datas dos balanços.

- (b) Essa receita financeira é oriunda de uma operação de mutuo efetuada em 12 de novembro de 2004 no montante de R\$ 3.500, liquidado em 28 de novembro de 2008, com a finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da parte relacionada. Sobre ela foram calculados juros na base de 100% a 101,5% do CDI.
- (c) Os saldos e transações, registrados em fornecedores, classificados no passivo circulante e custo dos serviços prestados, respectivamente, são relativo as operações mercantis e referem-se aos serviços prestados em conservação de rotina e execução de obras nas rodovias.

No decorrer dos períodos findos em 30 de junho de 2009 e de 2008 a Sociedade pagou o montante de R\$ 282 e R\$ 249 respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração da diretoria e respectivos encargos sociais e estão registrados na rubrica de despesas gerais e administrativas. Esses diretores não recebem renda variável, não obtiveram nem concederam empréstimos a Sociedade e não possuem benefícios indiretos significativos.

11. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Os saldos em 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro 2008 estavam representados por:

	<u>30/06/09</u>	<u>31/12/08</u>
Imposto de renda	2.413	2.377
Contribuição social	1.243	1.444
Impostos retidos na fonte (IRRF, ISS, PIS, COFINS e CS)	330	307
PIS	132	129
COFINS	607	595
Outros tributos municipais - ISS	<u>985</u>	<u>959</u>
	<u>5.710</u>	<u>5.811</u>

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Baseada na opinião dos advogados da Sociedade foi constituída provisão para contingências em montante considerado necessário para cobrir perdas que possam advir do desfecho de processos cíveis e trabalhistas em andamento.

A movimentação do saldo de provisões durante o semestre findo em 30 de junho de 2009 é conforme segue:

	<u>31/12/2008</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Encargos</u>	<u>30/06/2009</u>
Cíveis	1.546	585	-	(12)	-	2.119
Trabalhistas	<u>282</u>	<u>96</u>	<u>(29)</u>	<u>(19)</u>	<u>(8)</u>	<u>322</u>
Total	<u>1.828</u>	<u>681</u>	<u>(29)</u>	<u>(31)</u>	<u>(8)</u>	<u>2.441</u>

A Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível pelos seus advogados, para os quais não foi constituída provisão para contingências. Tais processos representam aproximadamente R\$ 2.206 e R\$ 1.492, respectivamente, em 30 de junho de 2009.

O saldo de depósitos judiciais, no montante de R\$ 651 (R\$ 165 em 31 de dezembro de 2008), está classificado no ativo circulante, na rubrica de Outros, pois não se vinculam às contingências para as quais foram contabilizadas provisões.

13. CREDORES PELA CONCESSÃO

Refere-se ao saldo do ônus da concessão, o qual é composto pelos valores devidos ao Departamento de Estradas e Rodagem - (DER - SP) pela outorga da concessão.

Os saldos em 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro 2008 estavam representados por:

	<u>30/06/09</u>		<u>31/12/08</u>	
	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>
Direito de outorga (1)	5.193	38.750	5.195	40.821
Parcela variável - 3% da receita operacional bruta (2)	<u>658</u>	<u>-</u>	<u>657</u>	<u>-</u>
Total	<u>5.851</u>	<u>38.750</u>	<u>5.852</u>	<u>40.821</u>

- (1) Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor fixo, conforme segue:

Valor fixo a ser liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, a partir de fevereiro de 2000. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Dessa maneira, o montante da obrigação, ajustado a valor presente à taxa de juros de 5% a.a., conforme mencionado na nota explicativa nº. 2.5, foi determinado conforme segue:

- Provisão, a valor presente de R\$ 5.193 (valor nominal R\$ 5.331) em 30 de junho de 2009 e R\$ 5.195 (valor nominal R\$ 5.269) em 31 de dezembro 2008 apurada com base no valor das parcelas a vencer no período de junho de 2009 a junho de 2010. O valor dessas parcelas foi determinado tomando-se por base o último reajuste da tarifa de pedágio;
- A provisão correspondente às demais parcelas, a valor presente, no montante de R\$ 38.750, (valor nominal R\$ 51.041) em 30 de junho de 2009 e R\$ 40.821, (valor nominal R\$ 54.376) em 31 de dezembro de 2008, foi atualizada, com base na variação do IGP-M até o mês de junho de 2009.

Os valores a pagar serão liquidados em 127 parcelas mensais, sendo o montante correspondente a 115 parcelas classificado no passivo não circulante.

- (2) Valor variável, correspondente a 3% da receita de pedágio e 25% das receitas acessórias efetivamente obtidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

No decorrer dos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2009 e de 2008 foram pagos ao poder concedente os montantes de R\$ 6.270 (R\$ 2.573 referente a direito de outorga fixo e R\$ 3.697 variável) e R\$ 5.707 (R\$ 2.307 referente a direito de outorga fixo e R\$ 3.400 variável), respectivamente.

14. CAPITAL SOCIAL

- (a) Capital social

O capital social subscrito em 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro 2008 está representado, por 4.352.285 de ações ordinárias nominativas, conforme segue:

	<u>Número de ações subscritas</u>	<u>Participação acionária %</u>	<u>Quantidade das ações integralizadas</u>
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	4.352.282	100	4.321.025
Conselheiros	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>4.352.285</u>	<u>100</u>	<u>4.321.025</u>

A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária e o estatuto, na base de 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital mais as reservas.

Aos acionistas é garantido, estatutariamente, dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, deduzido da parcela constituída como reserva legal.

Foram distribuídos no semestre findo em 30 de junho de 2009, dividendos no montante de R\$ 26.239 creditados à conta de reserva de lucros referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

No semestre findo em 30 de junho de 2009, a Sociedade ainda distribuiu o montante de R\$ 4.380, sob a forma de juros sobre o capital próprio, líquido de R\$ 657, referente ao imposto de renda retido na fonte calculado à alíquota de 15%.

(b) Retenção de lucros

O saldo remanescente da conta de lucros acumulados após a distribuição dos dividendos pagos, propostos e dos juros sobre o capital próprio, foi alocado à reserva de retenção de lucros, para fazer face ao reforço do capital de giro e ao orçamento de capital da Sociedade.

(c) Juros sobre capital próprio

Em 30 de junho de 2009, a Administração propôs a seguinte distribuição de juros sobre o capital próprio nos termos da Lei nº. 9.249/95, “ad-referendum” da Assembléia Geral dos Acionistas:

	<u>2009</u>
Juros sobre capital próprio pago em 2009	4.380
Valor por lote de mil ações (reais)	1.014

Para fins de divulgação e adequação aos princípios contábeis, a despesa referente aos respectivos juros foi revertida da demonstração de resultado na linha de despesas financeiras para a conta de lucros acumulados na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

15. RESULTADO FINANCEIRO

Os saldos em 30 de junho de 2009 e de 2008 estavam representados, respectivamente, por:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre operações financeiras	21.206	8.099
Juros sobre o direito da outorga	500	3.936
IOF - impostos sobre operações financeiras	1.610	2
Outros	<u>757</u>	<u>242</u>
Total	<u>24.073</u>	<u>12.279</u>
Receitas financeiras:		
Juros sobre operações de mútuo	12.638	-
Rendimento de aplicações financeiras	1.246	839
Outras	<u>-</u>	<u>504</u>
	<u>13.884</u>	<u>1.343</u>

16. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e taxa estatutária nas demonstrações do resultado em 30 de junho de 2009 e de 2008 é como segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	37.916	26.953
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda calculado à alíquota vigente	(12.891)	(9.164)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Provisão para contingências	(209)	55
Juros sobre capital próprio pagos	1.489	657
Outros	<u>155</u>	<u>317</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(11.456)</u>	<u>(8.135)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social composto por:		
Corrente	(10.113)	(7.284)
Diferido	<u>(1.343)</u>	<u>(851)</u>
Total	<u>(11.456)</u>	<u>(8.135)</u>

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 30 de junho de 2009 e em 31 de dezembro de 2008, a Sociedade possuía instrumentos financeiros representados, substancialmente, por caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar e empréstimos bancários. Os valores desses instrumentos reconhecidos nos balanços patrimoniais findos naquelas datas aproximam-se ao valor de mercado, estão registrados e mantidos nas demonstrações financeiras pelo valor nominal dos títulos conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, das variações cambiais e juros atualizados até a data do balanço.